

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES PANHÏ: PROTAGONISMO E SABEDORIAS ANCESTRAIS

Carina Alves Torres¹
Desirée de Oliveira Pires²
Maria Aparecida Pereira da Silva³

RESUMO

A região norte do estado do Brasil é atravessada pela diversidade étnica e cultural, representada pelas populações ameríndias - povos que resistem ao colonialismo e suas mazelas na atualidade. No que concerne à realidade do estado do Tocantins, fazemos referência ao povo Apinajé, etnia que se localiza no norte do estado. Desta maneira o presente artigo, tem como objetivo geral abordar as vivências etnográficas com as mulheres Apinajé, elucidando as trajetórias socioespaciais, territorialidade e saberes ancestrais. Visto que as dinâmicas sociais têm sido construídas pela afetividade e parentesco, portanto apresentamos as trajetórias socioespaciais de três mulheres no recorte temporal de 2019 a 2020. Partimos da perspectiva decolonial como via de superação do passado colonial (Kaiowá, 2023) e relação corpo-território (Baniwa Kayagnag, et, al 2023, p.07). Já que as vivências apontaram que essas mulheres constroem trajetórias em vários espaços sociais tais como, cidade de Tocantinópolis-TO, festividades, reuniões, campeonatos de futebol e em outras localidades (TORRES, 2020). Essas trajetórias são permeadas pela ancestralidade que atravessa os seus corpos, espacialidade e cosmovisão.

Palavras-chaves: Trajetória socioespaciais; mulheres *PanhÏ*; cosmovisão.

ABSTRACT

The northern region of the Brazilian state is marked by ethnic and cultural diversity, represented by Amerindian populations—peoples who continue to resist colonialism and its hardships today. Concerning the reality of the state of Tocantins, we refer to the Apinajé people, an ethnic group located in the northern part of the state. Thus, this article has as its general objective to address the ethnographic experiences with Apinajé women, elucidating their sociospatial trajectories, territoriality, and ancestral knowledge. Since social dynamics have been shaped by affectivity and kinship, we present the sociospatial trajectories of three women within the time frame of 2019 to 2020. We draw from the decolonial perspective as a way of overcoming the colonial past (Kaiowá, 2023) and the body-territory relationship (Baniwa Kayagnag et al., 2023, p.07). The experiences revealed that these women build trajectories across various social spaces, such as the city of Tocantinópolis-TO, festivities, meetings, soccer tournaments, and other places (Torres, 2020). These trajectories are permeated by ancestry, which runs through their bodies, spatiality, and cosmovision.

Keywords: Sociospatial trajectory; *PanhÏ* women; cosmovision.

¹ Mestrado em Estudos de Cultura e Território pela UFT. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Bolsista do CNPq. E-mail: carinatorres123alves@gmail.com

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: desireeopires@gmail.com

³ Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: amnhakapinaye@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se a dinâmica e a atuação das mulheres indígenas no âmbito nacional e regional, fato notabilizado na realidade das mulheres Panhã. Elas compõem o grupo dos povos Timbiras (Apinayé, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Parkatejê, Gavião Pykopjê, Krahô e Krinkatí), etnias que habitam o cerrado brasileiro com características culturais em comum, como a língua, os rituais e o artesanato. O povo Apinajé está situado na região norte do estado do Tocantins, nos territórios dos municípios de Tocantinópolis-TO, Itaguatins-TO, Luzinópolis-TO, São Bento-TO e Cachoeirinha-TO, com uma população de 2.731 pessoas, segundo dados do IBGE de 2022.

O presente artigo é fruto das vivências etnográficas com as mulheres dessa etnia, pautadas por relações e estadias na aldeia. Nessas vivências, foi possível vivenciar as trajetórias socioespaciais da família da matriarca Itelvina (*in memoriam*), uma anciã conhecida em todo o território materno por seu prestígio social e pela perpetuação dos saberes ancestrais, ao participar das missões cristãs na década de 1980.

Coadunando com os estudos das mulheres indígenas no contexto nacional, é possível observar as mudanças sociais que ocorreram no tocante a gênero e política nos grupos indígenas:

Um dos desafios que se coloca neste campo é o de abordar o ponto de vista das mulheres indígenas quando assumem novas representações diante das múltiplas relações que seus povos estabelecem com o Estado e atores/atrizes sociais diversos/as. (Sacchi, 2012, p.17).

As relações que as mulheres vêm assumindo com o Estado e outras instituições demonstram novos desafios para se pensar essas representações sob a ótica delas, pois elas estão assumindo várias funções que antes não faziam parte de suas trajetórias socioespaciais.

Diante disso, as discussões acerca das mulheres indígenas vêm ganhando novos enfoques e reposicionamento nos estudos de gênero, política e trajetórias. É importante destacar que a realidade etnográfica dos povos indígenas na Amazônia não foi estudada pelas estudiosas feministas na construção dos modelos analíticos, o que torna necessário romper com essa epistemologia ocidental para analisar as relações de gênero, política e cosmologia.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo geral apresentar as trajetórias socioespaciais das mulheres da família da matriarca Itelvina, situando as práticas ancestrais, a territorialidade e o corpo-território.

METODOLOGIA

Com o seguinte propósito de reverberar uma epistemologia decolonial e o “outro pensamento” (Mignolo, 2020, p.101), situo uma escrita dissociada da perspectiva teórica ocidental, como prática de desconstrução da colonialidade e seus tecidos. Nesse sentido, destaco que o processo de colonização sofrido pelas populações indígenas reposicionou as mulheres em um lugar de marginalização e subalternização que se reverbera nos dias atuais (Aurora, 2022, p.02) (Lugones, 2014).

Diante disso, apresentamos a etnografia decolonial, apoiada na crítica da antropóloga Joziléia Schild, do povo Kaingang, ao chamar a atenção para pesquisas que abordem a memória das populações indígenas dissociadas do colonialismo, visto que a etnografia partiu das vivências no território indígena, o que possibilitou estar, construir e aprender com as práticas sociais desse povo (Rocha; Eckert, 2008, p.02). No que concerne às vivências etnográficas, é importante situar que a aldeia São José foi o local em que estivemos com mais frequência, por ser a comunidade onde as mulheres da família da liderança Itelvina (Peti) vivem. Contudo, ressalto que, nesse período, rompemos com algumas tradições da etnografia, tais como a exclusão do diário de campo, pois esta atitude rememora as práticas de colonização (Smith, 2018).

AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES INDÍGENAS NO ÂMBITO NACIONAL

É possível observar o protagonismo das mulheres indígenas em nível nacional através da inserção da ativista e liderança Sonia Guajajara no Ministério dos Povos Originários no governo Lula (2023-2026) e da advogada Joenia Wapichana na presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Evidenciando-se, assim, a luta dos movimentos dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e do Conselho Indigenista Missionário

(CIMI) como via de fortalecimento dessas alianças, assim como o protagonismo das mulheres em espaços que antes lhes eram negados.

Outro fato que demonstra o protagonismo das mulheres indígenas é a inserção delas na esfera política, fato explícito na estrutura política do povo Apinajé, pois, até o ano de 2018, onze mulheres assumiram o cacicado de suas aldeias (Rocha, 2016; 2018). A primeira mulher a assumir o cacicado no Brasil foi a liderança Pequena, do povo Jenipapo-Kanindé, no estado do Ceará, pois esta dispunha de articulação e contatos importantes junto à Pastoral Indigenista e ao Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos (Mendes, 2019, p.29). A liderança Pequena influenciou e engajou outras mulheres indígenas a assumirem a chefia de suas aldeias, assim como a fazerem parte das decisões políticas do seu território.

O movimento das mulheres indígenas é pautado na ancestralidade que atravessa o corpo-território:

Quando falamos de corpo-território, dizemos que, embora possamos estar em outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade. Quando nascemos, já fazemos parte de um coletivo, nascemos numa comunidade e é a partir dali que vamos nos formando. Com a sabedoria e o ensinamento das mais velhas e dos mais velhos e fortalecendo a aprendizagem com as crianças, que também ensinam. (Baniwa, Kaingag, et,al 2023, p.07).

Nas últimas décadas, as mulheres indígenas saíram de seus territórios maternos e se estabeleceram em várias frentes de luta, a fim de defenderem seus territórios, saberes e a garantia dos seus direitos, respaldados na Constituição Federal de 1988. Nos últimos anos, surgiram dispositivos que ameaçavam e continuam a ameaçar a existência dessas populações, tais como: o marco temporal (PL 490⁴), a bancada da bala, do boi e da bíblia na Câmara e no Senado Federal⁵, fato que ficou evidenciado nas falas e discursos do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ao inferiorizar as populações indígenas e defender a expansão de garimpos, desmatamento e pecuária nas terras ameríndias.

⁴ Marco Temporal é como ficou conhecida à ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que pretende discorrer sobre a reivindicação de posse de terras dos povos indígenas. Tal ação estabelece, por sua vez, que apenas teriam direitos sobre as terras aqueles que já as ocupassem no marco do dia 5 de outubro de 1988 – dia da promulgação da nossa mais recente Constituição Federal. Fonte: <https://www.politize.com.br/marco-temporal/> . Acesso: 10/09/2022.

⁵ Mello, Bernardo. Boi, Bala e Bíblia: governo enfrenta resistência entre líderes evangélicos, ruralistas e policiais na Câmara. Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/boi-bala-e-biblia-governo-enfrenta-resistencia-entre-lideres-evangelicos-ruralistas-e-policiais-na-camara.ghtml>. Acesso em 08/05/2025.

Apesar desse cenário, os movimentos ativistas indígenas estiveram lutando contra esses acontecimentos e resistindo ao projeto colonial hegemônico (Gonzaga, 2023, p. 139). No próximo item, apresentamos as vivências de campo experienciadas com as mulheres *Panhĩ*.

AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES *PANHĨ*

Conhecer a fauna, flora, bioma e os ribeirões do território Apinajé é experienciar a “floresta em pé” situada pela ancestralidade e perspectivas culturais dessa etnia (Apinagé, 2022, p.61). A partir dos laços afetivos, parcerias e práticas interculturais, foram situadas as territorialidades fluídas e heterogêneas que elas têm construído ao longo dos anos (Saquet, 2013), trajetórias essas influenciadas pelos aspectos geográficos e pelas espacialidades em várias localidades, tais como a aldeia, a cidade de Tocantinópolis, entre outros espaços.

Durante as vivências na aldeia São José, a família da matriarca Itelvina (*in memoriam*) (Figura 1) nos recebeu em sua casa para conhecermos suas trajetórias, já que ela era detentora dos conhecimentos tradicionais e saberes. Assim, vivenciamos o cotidiano dessas famílias por meio dos cuidados com as roças, hortas, afazeres de casa e confecção de artesanatos.

Figura 1: Liderança Itelvina no pátio de sua casa.



Fonte: arquivos pessoais, 2019.

A liderança Itelvina⁶ tinha 96 anos de idade quando narrou que as mulheres da sua aldeia gostam de jogar bola, ir com recorrência para cidade de Tocantinópolis para fazer compras, participar dos campeonatos municipais, além de estudar na universidade. Narrou que em sua juventude teve que casar cedo, forçada pelo pai, de modo que não teve a oportunidade de estudar, como as mulheres jovens da aldeia, na atualidade. A partir desse fato, fica nítido que as desigualdades de gênero, as quais se intensificaram pelo colonialismo e a sua manutenção (Segato, 2010), continuam a inferiorizar e oprimir as mulheres indígenas.

Na década de 1980, a matriarca participou do movimento de tradução da bíblia cristã para a língua Apinajé junto com os missionários norte-americanos que realizavam missões no território. Isso lhe permitiu viajar a vários estados do Brasil por meio das missões cristãs. Ela ressaltou que a tecnologia possibilitou conhecer outras culturas, povos e a diversidade étnica brasileira, e assim ela entendia a importância de suas filhas, netas e bisnetas estudarem para se conectarem com esses saberes e ocuparem espaço dentro da aldeia.

Visto que suas trajetórias socioespaciais se davam principalmente na cidade de Tocantinópolis, onde ela encontrava os parentes de outras aldeias, e assim conversavam e perpetuavam seus saberes para as pessoas jovens presentes.

Na juventude, ela conheceu vários lugares do Brasil através das missões cristãs, o que possibilitou interagir com diferentes culturas e conhecer várias pessoas. Suas trajetórias socioespaciais na atualidade são marcadas por vivências na cidade de Tocantinópolis e em outras aldeias do território. Devido às limitações da idade, ela passa boa parte do dia na sua aldeia materna junto com os outros familiares, e atualmente ela não costuma ir à beira do rio como antigamente, ficando mais concentrada no comércio, local que frequenta com regularidade.

A liderança Heloísa (*in memoriam*) é a primeira filha de Itelvina, possuía 58 anos de idade no contexto da vivência na aldeia, era aposentada, cantora, pintora e artesã. Narrou que, no cotidiano na aldeia, fazia os trabalhos domésticos, cuidava dos netos e participava de festas e eventos no território. Ressaltou que as mulheres indígenas estão casando mais tarde, além de residirem em outras cidades para estudar, como a sua neta de 15 anos que vivia na cidade de Tocantinópolis para cursar o ensino médio, e que sua filha Delma era aluna do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

⁶ Faleceu em 21 de setembro de 2022 por complicações de saúde.

Falou com entusiasmo da importância de as mulheres buscarem a formação superior como via de retorno para a comunidade, pois, assim, atuariam nas escolas e postos de saúde.

Suas trajetórias socioespaciais passavam por algumas cidades da região norte do estado do Tocantins, como Augustinópolis, Araguaína e Tocantinópolis, pois, desde criança, ela ia para a cidade para passear, fazer compras e participar de eventos. Antigamente, ia a pé, junto com várias pessoas. Naquele contexto, vendiam frutos do cerrado (bacuri, pequi, buriti, bacaba, jussara) e artesanatos, como ela narrou:

Eu fico com medo de andar na rua sozinha, tem gente de lá que não gosta de índio, talvez vai bater ou fazer alguma coisa com o índio por isso que fico pensando, depois que aconteceu aquela briga ali, tenho medo de andar sozinha na rua. Eu faço compra mais é ligeiro, chamo minha filha pra comprar uma roupa, aí compro rapidinho, vou na farmácia rapidinho. Às vezes nós compra tudo no comércio, porque lá tem tudo. As coisas são caro, mas tô pagando tudo pra ficar com meu cartão e comprar em outro comércio barato. (Heloísa, outubro, 2019).

Heloísa mencionou o receio de andar sozinha na cidade, destacando que circula acompanhada por uma das filhas, pois são trajetos atravessados por estigmas sociais, conforme nos aponta Goffman (1980). A circulação dos indígenas é vista pelo viés de representação negativa, tais como preguiçosos, bêbados e ladrões (Torres, 2020).

A filha de Heloísa, Delma, tinha 34 anos no contexto das vivências na aldeia, era estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo - espaço no qual construía suas trajetórias com dedicação. Ela narrou que sua experiência na educação superior ampliou sua compreensão acerca da importância feminina nas demandas territoriais, já que, desde criança, admirava as mulheres que atuavam frente às questões políticas, como sua avó e mãe, e desejava que suas filhas se inspirassem em outras mulheres, além de ingressarem no ensino superior. Em várias situações, Delma narrou suas expectativas após a conclusão da faculdade, ao citar que desejava atuar na escola de sua aldeia.

Nesse sentido, suas trajetórias socioespaciais davam-se recorrentemente na cidade de Tocantinópolis, com fins acadêmicos, compras no comércio, presença nos campeonatos de futebol e participação em reuniões e festas. A partir dessas espacialidades, destacou-se que estar em outro território implicava carregar sua ancestralidade no corpo-território, assim como sua língua e seus saberes, pois ouviam com frequência que não eram mais indígenas, por circularem na cidade.

Durante nossa estadia na aldeia, observou-se que os conhecimentos tradicionais são perpetuados pelas mulheres mais velhas da aldeia - por meio da oralidade das narrativas e do

cotidiano da aldeia, como os remédios para evitar gravidez e curar doenças uterinas. Observamos que as mulheres mais novas questionavam frequentemente as mulheres anciãs sobre o fato de as meninas menstruarem cedo, pois acreditavam que as mulheres só menstruavam depois de casadas. Esse aspecto faz parte da cultura dos povos indígenas da etnia Caramuru Paraguassu, do sul da Bahia:

A menstruação, por exemplo, se constitui em um dos mais importantes desses processos, pois tanto o sangue menstrual quanto o sêmen são a condição principal de formação dos corpos, aquisição do gênero e organização social dos grupos. Para esses povos, a menstruação tem origem cultural e se relaciona, intimamente, com o parentesco, e com a definição das atividades que serão desempenhadas por homens e mulheres (Souza, 2007, p. 19).

Lea (1992) destaca que, na sociedade Mebengokre, a menstruação é conhecida como doença da anta, provocada pela ingestão da carne. “[...] As pessoas me explicaram que uma mulher não sangra antes de ter relações sexuais pela primeira vez. [...]” (Lea, 1992, p.93). Esta concepção de menstruar pela primeira vez só através do ato sexual é comum em várias sociedades indígenas, demonstrando a perpetuação da ancestralidade.

Notamos que as mulheres anciãs trabalhavam com recorrência na roça, cultivando feijão, arroz, batata, milho e amendoim, além de realizarem colheitas e roçados. As mulheres mais jovens passavam boa parte do dia cuidando da casa, dos filhos, assistindo à televisão, fazendo pulseiras, colares, anéis, chaveiros e outros utensílios de miçanga, além de estabelecerem vínculos com a cidade de Tocantinópolis (TO).

As netas da matriarca Itelvina cultivavam canteiros em seus quintais com plantas medicinais e temperos, como cebola, coentro, pimenta e tomate, além de criarem galinhas, patos, porcos e vacas. Percebi que é automática a divisão de algumas funções entre homens e mulheres na aldeia, o mesmo fato observado por Lea (1992) entre os povos indígenas Mebengokre do estado do Pará:

[...] encaixe entre as atividades masculinas e femininas é quase automático. Se as mulheres sabem que os homens foram caçar ou pescar, elas se organizam para colher mandioca para cozinhá-la como acompanhamento. Cada gênero sabe o que se espera dele e se organiza de acordo com tais expectativas. (Lea, 1994, p. 96).

Delma narrou que seu esposo faz questão de dividir as atividades cotidianas, como cuidar dos filhos e dos afazeres de casa: “*É cansativo fazer comida todos os dias; um dia eu faço a comida e lavo a roupa, e no outro dia, meu esposo faz [...]*” (Delma, agosto/2019). A estudiosa Flávia Biroli (2016) destaca que, apesar das mudanças sociais que ocorreram ao longo dos séculos, as mulheres ainda estão concentradas em atividades domésticas. Situando

essa análise com a realidade Apinajé, percebe-se que elas passam boa parte do tempo nos afazeres domésticos e nos cuidados das roças: “[...] as relações de trabalho também expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres. [...]” (Biroli, 2016, p.120).

Na aldeia São José, não houve cacica na estrutura política, apenas promotora, e, na unidade escolar, as mulheres não ocuparam a função de diretora, apenas as de professora, merendeira, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativa. Essa situação demonstra a hierarquia entre as funções sociais de gênero na divisão das funções de liderança e direção da escola. Além disso, algumas mulheres narraram que almejavam ocupar essas funções de liderança e de diretoria da escola.

As mulheres observaram esses fatos nas relações sociais entre homens e mulheres, principalmente no ambiente escolar. Vi algumas mulheres falando que a escola é cheia de *kupê*⁷ trabalhando, aspirando ocupar esses espaços no futuro, após cursarem o ensino superior, assim como ocupar as funções no posto de saúde da aldeia. Elas afirmam que não há Apinajés trabalhando como enfermeiras e técnicas de enfermagem, apenas na função de agente de saúde. Tornam-se evidentes as mudanças sociais que ocorreram na estrutura de gênero entre os povos indígenas Apinajé, delineando trajetórias em outros territórios dessas mulheres, com outros espaços e territorialidades, como na cidade de Tocantinópolis (TO).

CONCLUSÃO

As trajetórias socioespaciais dessas mulheres são marcadas por escalas temporais. “A espacialidade como linguagem do espaço possui uma escala, uma dimensão temporal, uma função específica e uma localidade [...]” (Cirqueira, 2010, p.31). Ou seja, as mulheres indígenas Apinajé possuem espacialidades em outros territórios, especificamente para demandas pessoais e territoriais.

Outro fato comum é a participação em reuniões que abordam as demandas do território, assim como a realização de cursos superiores. A partir dessas trajetórias, ficam nítidas as mudanças sociais que ocorreram nas dinâmicas dos povos indígenas e,

⁷ Não indígenas na língua materna Apinajé

especificamente, nessa etnia, pautadas nas mudanças sociais de gênero e na construção de trajetórias sociais em diversos territórios, como na cidade de Tocantinópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURORA, Braulina. **Indígenas Mulheres: Corpo Território em Movimento**. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

BANIWA, Braulina. **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!**/Braulina Baniwa, Joziléia Kaingang, Giovana Mandulão ; organização Kassiane Schwingel. – Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia**. Revista de Ciências Sociais, vol.59, nº3, p.719-681, 2016.

CIRQUEIRA, Marçal, Diogo. **Entre o corpo e a teoria: A questão Étnico-racial na obra trajetória socioespacial de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG). 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GONZAGA, A. L. T. A.. **Decolonialismo Indígena - 2ª edição**. 2. ed. São Paulo: Matrioska, 2022. v. 1. 208p .

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, v. 3, n. 22, p. 935-952, set./dez. 2014.

KRAHÔ, **Creuza Prumkwj. Mulheres-cabaças**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 110 - 117, 2017.

ROCHA, Raquel Pereira. **A Questão de Gênero na Etnologia Jê a partir de um estudo sobre os Apinajé**. 2001. 127f. Dissertação (Mestrado em Antropologia -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Campinas, 2001.

ROCHA., Welitânia de Oliveira. **A vida de Nhiro: etnobiografia de uma cacica Apinajé**.2016. 58f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, 2016.

ROCHA, ECKERT . **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras (Porto Alegre), v. 31, p. 1, 2008.

LEA, Vanessa. **Gênero Feminino Mebengokre (Kayapó)**: desvelando representações desgastadas. Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Belo Horizonte, 1992, p. 85-115.

MENDES, Rafael Viana. **Mãe Pequena**: uma etnobiografia sobre a primeira cacique indígena do Brasil. 2019. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SACCHI, Ângela, GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.) **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero " e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/FUNAI, 2012.

SAQUET, Aurélio, Marcos; SPOSITO, Savério Eliseu; **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e conflitos. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAQUET, Aurélio Marcos. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SEGATO, Rita Laura. Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. (2010) », ecadernos CES [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012. Acesso: 16/09/2023.

SOUZA, Andrade de Machado Jurema. **Trajetórias femininas Indígenas**: Gênero, Memórias, Identidade e Reprodução. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Humanas. 2007.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 490, DE 2007, E AOS APENSADOS: PROJETOS DE LEI Nº 1.218/07, 2.302/07 E 2.311/07, de 27 de março de 2008. Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para dispor sobre a demarcação das terras indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso: 15 de Set de 2023.

Sites visitados:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to>. Acesso: 10/08/2019.

<http://www.saude.gov.br/sesai>. Acesso: 15/08/2019.